3 — No diretor de serviços da Direção de Serviços das avaliações (DSA), Eng. Alfredo Serra Mendes:

a) Apreciar e decidir exposições, requerimentos, queixas ou memoriais, sempre que não esteja em causa interpretação de normas legais ainda não sancionada, solicitando o esclarecimento de dúvidas ou em que, sem fundamento legal seja pedida a dispensa ou a alteração da forma do cumprimento de obrigações fiscais;

b) Superintender na utilização racional das instalações afetas ao respetivo serviço, bem como na sua manutenção e conservação;

c) Velar pela existência de condições de higiene e segurança no trabalho;

d) Gerir, de forma eficaz e eficiente, a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos;

e) Autorizar, nos termos da lei, os benefícios do estatuto do trabalhador estudante;

Este despacho produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, ficando, por este meio, ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Lurdes da Silva Ferreira*.

207611095

Direção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 2716/2014

Considerando que,

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 68/2013, de 2 de agosto, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe de Divisão da Conta das Administrações Públicas da Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, do mapa de pessoal dirigente da Direção Geral do Orçamento;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pela candidata confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou em proposta fundamentada, que aqui se dá como integralmente reproduzida, que a candidata, Mestre Patrícia Margarida Floro Semião, reúne todos os requisitos legais e as melhores condições para o exercício do cargo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei supra identificada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Chefe de Divisão da Conta das Administrações Públicas da Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas, a Mestre Patrícia Margarida Floro Semião, pertencente à carreira técnica superior de estatística do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Estatística, juntando-se nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

11 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

Síntese curricular

Nome: Patrícia Margarida Floro Semião

Nacionalidade e data de nascimento: Portuguesa, 11 de maio de 1976.

Habilitações académicas e profissionais: Mestrado em Economia, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com dissertação sobre o tema: “Os efeitos macroeconómicos do Investimento Público Central e Local: uma comparação internacional”, aprovada por unanimidade. Licenciatura em Economia pela Universidade do Algarve

Experiência profissional:

Desde junho de 2012: Chefe de divisão da Conta das Administrações Públicas na Direção de Serviços de Análise e Finanças Públicas da Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças) — Elaboração do Orçamento do Estado na ótica da Contabilidade Nacional; pareceres e notas metodológicas sobre possíveis impactos no saldo das Administrações Públicas, no âmbito do SEC95 e SEC2010.

De setembro de 2001 a dezembro de 2009 e de agosto de 2010 a maio de 2012: técnica superior de Estatística no Serviço das Administrações Públicas, tendo também exercido funções anteriormente no Serviço de Contas Regionais, no Departamento de Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE) — elaboração das contas trimestrais das

Administrações Públicas; envolvimento no reporte do Procedimento dos Défices Excessivos ao Eurostat, contribuindo para a análise técnica e metodológica.

De janeiro de 2010 a julho de 2010: técnica superior no Gabinete de Estudos do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) — compilação de estatísticas mensais da dívida do subsector Estado; compilação dos juros da dívida do subsector Estado na ótica das Contas Nacionais.

De maio a 2000 a agosto de 2001: técnica superior de 2.º Classe na Associação de Municípios do Algarve.

De setembro de 1999 a agosto de 2000: Professora de Economia. De abril de 1999 a abril de 2000: Consultora júnior no âmbito do Programa InPME da Associação Industrial Portuguesa.

De agosto de 1998 março de 1999: Contabilista.

Formação profissional:

Junho 2013: *Course on Government Finance Statistics* — FMI, Washington DC.

Novembro 2007: Formação sobre Contas Financeiras das Administrações Públicas — Procedimento dos Défices Excessivos — Eurostat.

Abril de 2006: Formação sobre Contas Nacionais — Eurostat

207615818

Despacho n.º 2717/2014

Considerando que,

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 68/2013, de 2 de agosto, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau correspondente a diretor de serviços da Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais, do mapa de pessoal dirigente da Direção-Geral do Orçamento;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou em proposta fundamentada, que aqui se dá como integralmente reproduzida, que o candidato, licenciado Alberto Rodrigo Velez Nunes, reúne todos os requisitos legais e as melhores condições para o exercício do cargo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei supra identificada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de diretor de serviços da Direção de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais (DSAFSO), o licenciado Alberto Rodrigo Velez Nunes, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Orçamento, juntando-se nota relativa ao currículo académico e profissional do designado.

11 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

Síntese curricular

Nome: Alberto Rodrigo Velez Nunes.

Data de nascimento: 22 de dezembro de 1969.

Habilitações literárias: licenciatura em Economia pela Universidade Lusíada, em 1994.

Experiência profissional mais relevante:

Desde 2013 até à data — Diretor de Serviços de Apoio Funcional aos Sistemas Orçamentais;

De 2008 até final de 2012 — Diretor da equipa de projetos RIGORE (ERIGORE) — Estrutura flexível da Direção-Geral do Orçamento, responsável pela definição dos requisitos funcionais e validação do novo sistema central de informação orçamental e financeira da DGO e de suporte à prestação de contas do Estado (RIGORE Central). Neste âmbito destaca-se a coordenação do desenvolvimento da solução de consolidação de contas da Administração Central, na ótica orçamental e financeira, extensível ao conjunto das Administrações Públicas, assim como do desenvolvimento, com recurso a ferramenta de *business intelligence*, de instrumentos e indicadores de análise orçamental e patrimonial transversais a toda a Administração Central e respetivos instrumentos de relato que exigiu a transição para um novo paradigma de integração de informação orçamental e financeira, em base digráfica, proveniente dos *softwares* contabilísticos dos serviços e fundos autónomos e a inerente emissão de instruções para a compatibilização dos diversos referenciais contabilísticos vigentes no universo da Ad-